



AGENDAMENTO POTESTATIVO SOBRE SAÚDE

Assembleia da República, 19 de novembro de 2021

Discurso do Deputado Rui Rio (PSD)

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Neste que é o último debate sobre Saúde nesta Legislatura, é a altura exata para fazer um balanço sobre os resultados da ação do Governo do Partido Socialista, numa área da governação que é de capital importância para os portugueses.

É, pois, o momento para avaliar a diferença entre a propaganda e a realidade concreta com que o nosso povo se confronta no dia a dia.

A propaganda do Governo - nas palavras do próprio Primeiro-ministro - prometia que, em 2017, todos os portugueses teriam um médico de família atribuído.

Seis anos depois desta promessa, a verdade é que mais de um milhão de portugueses, pura e simplesmente, não têm médico de família. Não sabem o que fazer quando precisam de tratar de um dos valores mais importantes da sua vida, que é, sem margem para dúvidas, a saúde.

No início, a propaganda do Partido Socialista prometia aumentar a acessibilidade das pessoas ao Serviço Nacional de Saúde.

Seis anos depois, a realidade é que são mais de duzentos mil, os doentes à espera de uma cirurgia.

Pior ainda: nos últimos anos, os tempos médios de espera aumentaram por comparação a 2015.

Nas consultas hospitalares, a percentagem dos atendimentos realizados para além dos tempos máximos de resposta garantida, que era de 26% em 2015, está, hoje em 40%.



A realidade revela-nos um SNS à beira do caos, com hospitais próximos do estado de calamidade, com urgências em rutura, e doentes internados, durante dias, nos corredores de circulação ou até numa garagem, como acontece no Hospital de Vila Franca de Xira.

Hoje, o País vê, incrédulo, logo de madrugada, filas de utentes à porta dos centros de saúde, desesperados para conseguirem a consulta a que têm direito.

Mas a toda esta realidade – que o Governo irresponsavelmente desvaloriza – pertence ainda a frustração e a desmotivação dos profissionais do SNS, muitos deles em *burnout*, sem condições de trabalho dignas, sem um justo reconhecimento e com fracas expectativas de realização profissional.

Recentemente, confrontada com a enorme quebra da atividade assistencial do SNS – com milhões de consultas presenciais, atendimentos de urgência, rastreios oncológicos, e cirurgias não realizadas – a Senhora Ministra da Saúde disse que acompanha estes alertas “com preocupação”.

A verdade é que a um Governo não se pede preocupação, exige-se ação e capacidade para resolver problemas tão graves como estes, que tanto atormentam os portugueses.

Competia ao Governo ter tido noção da realidade e ter mobilizado todo o sistema de saúde que Portugal tem instalado ao nível dos seus três setores fundamentais: o público, o privado e o social. Porque os preconceitos ideológicos não podem ser uma barreira à saúde das pessoas.

As parcerias público-privadas, que este Governo insistiu em rejeitar, têm de ser negociadas com equilíbrio e seriedade de parte a parte, porque, se assim for, elas podem representar uma mais valia significativa para o Estado e para as populações.

Aliás, ao contrário da narrativa oficial, também no período de combate à pandemia, o Governo não esteve à altura das suas responsabilidades.

E não esteve, porque amarrado a tabus ideológicos, recusou promover, logo a partir da Primavera de 2020, a necessária colaboração entre público e privado, encaminhando os utentes do SNS – principalmente nos casos das doenças cardiovasculares e oncológicas – para quem os podia tratar.

Essa recusa contribuiu para que Portugal fosse um dos países com maior sobre mortalidade não-Covid, como ainda há dias o revelou um relatório da OCDE.



Em Portugal, morreram mais cerca de sete mil pessoas por causas não-Covid face à média dos últimos 5 anos; um número de mortes avassalador e cujas causas, num País civilizado, deveriam ser devidamente apuradas.

Em face de toda esta realidade, não surpreendem as sucessivas demissões em bloco de dezenas de médicos responsáveis por serviços hospitalares, como tem sucedido em Braga, Leiria, Setúbal, no Porto ou em Lisboa.

Sendo este o estado do Serviço Nacional de Saúde, após os seis anos de governação socialista, só podemos concluir que os seus resultados finais são maus e que prejudicaram gravemente muitos portugueses.

Em matéria de Saúde, o Governo do PS, que agora cessa funções, falhou. Não só não cumpriu o que prometeu, como ainda deixou degradar a situação que herdou.

Sr. Presidente,

Impõe-se que Portugal mude rapidamente, não só a sua política de saúde, como, também os seus principais protagonistas.

Impõe-se, para defesa da saúde dos portugueses e, fundamentalmente, para um cabal cumprimento dos seus direitos constitucionais.